

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERVENÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA

BRUNO SOARES DE MORAIS

**OS PAPEIS DO CASAL NO DESENVOLVIMENTO DA DINÂMICA FAMILIAR**

NATAL/RN

2016

BRUNO SOARES DE MORAIS

## **OS PAPEIS DO CASAL NO DESENVOLVIMENTO DA DINÂMICA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Monografia, apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) como requisito final para obtenção do título de Especialista em Intervenção Familiar Sistêmica.

**Orientadora:** Profa. Ana Carla Macedo do Nascimento.

NATAL/RN

2016

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos

Morais, Bruno Soares de.

Os papéis do casal no desenvolvimento da dinâmica familiar / Bruno Soares de Moraes. – Natal, 2016.

40 f.

Orientadora: Profa. Ana Carla Macedo do Nascimento.

Monografia (Pós-Graduação em Intervenção Familiar Sistêmica) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Família – Monografia. 2. Casal – Monografia. 3. Dinâmica – Monografia. I. Nascimento, Ana Carla Macedo do. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 159.9

BRUNO SOARES DE MORAIS

## **OS PAPEIS DO CASAL NO DESENVOLVIMENTO DA DINÂMICA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Monografia, apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) como requisito final para obtenção do título de Especialista em Intervenção Familiar Sistêmica.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Ana Carla Macedo do Nascimento  
Orientadora

---

Prof. Dr. Nome e Sobrenome  
Examinador (1)

---

Prof. Dr. Nome e Sobrenome  
Examinador (2)

## RESUMO

A família como se sabe é vista como a primeira socialização do indivíduo, é nela onde temos os primeiros cuidados tanto físicos, como psíquicos, é um lugar onde pronunciamos nossas primeiras palavras e onde desenvolvemos nossas primeiras experiências que poderão moldar nossas relações mais tarde sobretudo fora de seu âmbito. Tanto o homem como a mulher devem ao iniciar uma família planejar se querem ou não ter filhos ou quantos filhos desejam ter, quem será o “provedor” da casa, quem decidirá sobre as finanças etc. essas decisões podem ser tomadas por um ou ambos desde que o casal assim o queira. O processo de formação de uma família que começa com o casal deve ser bem pensado e deve interessar apenas aos cônjuges não importando para eles seguir “um modelo social” de como um casal deva se portar dentro e fora do contexto familiar. Apenas os cônjuges devem saber o que é melhor para ambos no que diz respeito ao trato um do outro como marido e esposa, sobre qual a melhor maneira de cuidar da prole e também de como será a divisão do trabalho se apenas um trabalha ou os dois. Em sendo assim fica poderá ficar mais fácil uma família se desenvolver de maneira saudável e de acordo com a identidade que a caracteriza.

**Palavras-chave:** Família. Casal. Dinâmica.

## **ABSTRACT**

The family as we know it is seen as the first socialization of the individual, is it where we have the first so many physical care, as psychic, is a place where utter our first words and where we developed our first experiences that will shape our relations later mainly outside its scope. Both the man and the woman must to start a family plan whether or not to have children or how many children they wish to have, who will be the "provider" of the house, who decide sobre finances etc. these decisions can be taken by one or both since the couple so wish. The process of forming a family that begins with the couple must be well thought out and should interest only to spouses no matter for them to follow a "social model" of how a couple should behave inside and outside of the family context. Only spouses must know what is best for both with regard to the treatment of each other as husband and wife, on the best way to take care of the offspring and also how will the division of labor is only one works or both . That being so is may be easier to develop a family in a healthy way and according to the identity that characterizes it.

**Keywords:** Family. Couple. Dynamics..

## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>8</b>
2.1 FAMÍLIA: <b>descortinando o conceito</b> .....	8
2.2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA.....	10
2.3 A DINÂMICA FAMILIAR E O AMBIENTE DOMESTICO .....	13
<b>3 OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
3.1 A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL: <b>um olhar sobre a família patriarcal...</b>	19
3.2 A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL: <b>a vez da família moderna</b> .....	23
<b>4 O CASAMENTO E A DIVISÃO DE PAPEIS.....</b>	<b>27</b>
4.1 SIGNIFICADOS DO CASAMENTO.....	27
4.2 A VIDA FAMILIAR E O “PAPEL” DE CADA UM.....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tentar fazer uma análise sobre o percurso da família ao longo da história, seu conceito e desenvolvimento através da escrita de alguns autores que discorreram sobre o assunto. Além disso, serão observadas as funções ou papéis da família, sobretudo do homem e da mulher na condição de marido e esposa e como esses papéis ou funções influenciam no desenvolvimento do casal e por tabela da família. Será analisado o ritual do casamento, como surgiu, seu significado e a importância que lhe foi dado no decorrer das épocas. O estudo da família como instituição social primitiva permite observar as transformações sócio históricas que ela passou e ainda passa. Essas transformações se devem em função de sua relação com as sociedades ao longo dos séculos através de processos históricos, sociais, religiosos, econômicos e educacionais, é justamente nessa interação com as instituições que a família vem se adequando aos modelos a ela existente sendo, portanto impossível ou inapropriado “congelar” um estilo grupal familiar.

Sobre essa interação que ocorre entre o grupo familiar e os outros atores Von Bertalanffy apud Calil (1987, p. 17) assim coloca:

Com base na teoria de Von Bertalanffy (1972), a família pode ser considerada como um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros dentro e fora de uma interação uns com os outros e com sistemas extrafamiliares (meio ambiente-comunidade), num fluxo recíproco constante de informação, energia e material. A família tende também a funcionar como um sistema total. As ações e comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos os outros.

Pode-se pensar que em meio a transformação sócio histórica encontra-se o casal que é o início da formação da família e alvo direto das influências externas seja por seus parentes ou pelos demais da sociedade. É nítido ou mesmo fato que em relação a uma união conjugal os nubentes levam um pouco (ou muito) de suas experiências familiares para essa nova fase de suas vidas, talvez seja por causa disso que haja por parte da sociedade e dos parentes de cada um dos cônjuges certa expectativa de que os agora recém-casados passem a seguir um “roteiro” de como se comportar dentro das atividades ditas “masculinas e femininas”.



Para a abordagem familiar sistêmica a maneira de ser de cada um de nós está intimamente ligada com a estrutura de nossa rede familiar que introjeta em cada um de seus membros papéis ou funções que devem ser exercidos dentro do grupo familiar. Para Nichols (2007) a terapia que se baseia nessa estrutura tem como meta trabalhar toda a dinâmica familiar: seus mitos, medos, segredos para que o modo de ser dos seus membros possa ser reelaborado e seus papéis possam ser mais claramente exercidos.

Apesar dos grandes avanços sociais e econômicos como o direito ao voto, acesso a cargos públicos e estatais etc., a figura da mulher e por tabela da esposa e mãe ainda se encontra atrelada ao mundo dos afazeres “menores” como cozinhar, lavar roupas e louças, dar de mamar ao infante e levar os filhos à escola. Se por um lado a linha entre o mundo conjugal e o mundo geral é tênue no sentido de que a influência interna na dinâmica entre marido e mulher ocorre em maior ou menor grau; por outro se pode pensar até que ponto é válido ou mesmo saudável para esse casal se submeter ao teatro montado pela sociedade e pela parentela e não fazendo o que é melhor para si enquanto cônjuges. Quem ganha ou perde se o marido e a mulher ou mesmo a família seguirem ou não preceitos estabelecidos e historicamente construídos na sociedade?

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 FAMÍLIA: **descortinando o conceito**

Segundo o Ferreira (2000, p. 312) família significa:

Pessoas aparentadas que vivem, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Pessoas do mesmo sangue. Origem, ascendência. Família elementar: aquela que é constituída pelo casal e seus filhos; família nuclear. Família extensa: aqui é constituída pela associação de duas ou mais famílias elementares.

Já para Nichols (2007) a família é mais que a união de indivíduos com alguma ligação entre si, é um todo orgânico e supera o modo pessoal de cada membro que se relacionam de maneira interdependente.

A família é antes de tudo uma construção social, ou seja, qualquer mudança importante que ocorra na sociedade inevitavelmente influencia o grupo familiar que por sua vez deve se adequar as transformações surgidas.

Ao se ter uma ideia da transformação que a família passa percebe-se através da mídia: TV, radio, jornal impresso, internet etc., o surgimento de outros modelos familiares, a saber: casais homo afetivos que decidem juntos construir uma vida matrimonial e alguns inclusive adotando crianças. Outro dado que mostra o quanto a família é passível de transformações é o fato que seus membros interagem não apenas com pessoas de seu grupo familiar, mas também com outros atores e grupos familiares, comunidades, governos, escolas etc. e essas trocas fazem com que o sistema familiar se adeque a várias situações.

Além disso, a família está estruturada pelas regras que definem a maneira como se organiza a relação entre seus membros. Cada pessoa dentro deste grupo: mãe, pai, filho, irmão deve exercer seu papel baseado no estabelecimento das normas ali existentes.

Para Calil (1987) cada membro da família deve exercer funções específicas para um bom funcionamento do grupo, os cônjuges, por exemplo, devem amar um ao outro além de preencher as necessidades sexuais de cada um; os pais devem educar e proteger seus filhos dando-lhes educação e apoio moral para que tenham um crescimento saudável em todos os sentidos; os filhos devem respeitar seus pais e ver neles uma referência de auxílio e confiança. Os irmãos devem brincar entre si

estimulando a competição sadia e se possível ajudar um ao outro em alguma dificuldade típica da fase de crescimento.

O modo como se estabelece as regras ou rituais dentro do grupo familiar tem a ver com os valores socioculturais em um dado contexto histórico o que ratifica a ideia de que a família é uma invenção, uma montagem e não algo natural, imposto.

Apesar de vivermos em um grupo familiar, continuamos sendo indivíduos com percepções, crenças e necessidades que muitas das vezes divergem daquilo que a família pensa ou quer de nós. É daí que surgem os conflitos familiares, pois os membros não querem perder aquilo que os identificam quando um deles “ameaça” seguir outro caminho.

Segundo a autora supracitada é assim que nasce a noção de família disfuncional: quando por questões de apego ou pouca capacidade de se abrir para o novo, seus membros desenvolvem mecanismos de resistências que protegem seus modos, rituais ou mesmo segredos, seja expulsando aquele membro do convívio familiar, seja manifestando sintomas em um de seus pares.

Por outro lado, constitui-se a noção de família funcional aquela onde frente a qualquer conflito ameaçador da harmonia familiar, seus membros se juntam e discutem a melhor maneira de supera-lo. Segundo Calil (1987, p. 23):

Uma família funcional conta com forte aliança entre os pais, que lidam com seus conflitos através de colaboração e satisfação mútua de suas necessidades. Os cônjuges são flexíveis em sua maneira de lidar com o conflito, utilizando diferentes métodos em momentos diferentes. Podem, por exemplo, discutir um ponto de divergência para achar novas alternativas, diferentes daquelas postuladas por cada um deles com relação ao conflito. Podem chegar a uma solução em concordância mútua, ou mesmo se revezar, dependendo do assunto e do momento, para que seja alcançada uma relação igualitária. Além disso, em suas funções de pais existe o apoio da autoridade de cada um dos cônjuges com relação aos filhos. Os pais podem discordar abertamente quanto a assuntos relacionados à educação dos filhos, mas essa discórdia não inclui o filho no papel de 'juiz'.

Em sendo assim cada família dentro de suas características deve encontrar maneiras de se relacionar com o mundo sem necessariamente “perder” sua identidade, seu modo de constitui-se. A importância de se estudar a família e a dinâmica que a circunda justifica-se sobre a ideia de que existe um padrão de comportamento ou regra que liga não apenas os seus membros entre si, como

também a geração presente e a geração passada; um sistema de vidas interligadas que se governam por regras nem sempre verbalizadas.

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

Como se teceu a família ao longo dos tempos? Como ela foi vista, tratada, modificada? Qual foi sua relação com o meio? É através desses questionamentos que se tentará aqui analisar a origem da família e sua importância na dinâmica da sociedade.

Há um pensamento no senso comum de que a família é o embrião de uma sociedade, mas esta historicamente mostrou ser passível de mudanças econômicas, culturais, políticas e religiosas atingindo a família e o seu modo de constituir-se.

Desde em que o Homem passou a viver em conjunto com outros de sua espécie, se relacionando e formando os primeiros grupos familiares, passaram a surgir os conflitos uma vez que uns tinham mais chances pelo acúmulo de bens de escravizar ou governar outros que por sua vez não tinham tanta sorte na aquisição de fazendas, terrenos etc.

Na obra *a origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012) Morgan apud Engels (2012) nos apresenta o modelo de quatro vivências famílias, são elas:

### 1. Família consanguínea:

A característica desse tipo de família é a divisão por geração, os avôs e avós são maridos e mulheres uns dos outros; o mesmo se sucede com os filhos destes que são a segunda geração e os netos terceira geração e os bisnetos quarta geração.

Irmãos e irmãs e, portanto, maridos e mulheres entre si. Percebe-se então que não existe neste modelo familiar primitivo a chamada lei do incesto. O fato de haver o vínculo de irmão e irmã pressupõe a relação sexual mutua.

### 2. Família punalua:

A característica deste tipo de família baseava-se sobre o matrimônio de irmãs com o marido de cada uma das outras irmãs de modo que os maridos eram parentes comuns. Do mesmo modo os irmãos casados com as mulheres de seus outros irmãos fazendo com que as mulheres fossem parentes entre si.

Tudo isso ocorria dentro do mesmo grupo fazendo com que o grupo de homens fosse casado com o grupo de mulheres.

A palavra punalua vem de "punalua" que significa companheiro-companheira íntimo-intima.

### 3. Família sindiásmica:

Neste tipo de família o homem vive com uma mulher de maneira tal que a infidelidade e mesmo a poligamia ocasional sejam direitos do homem, isto se dá por questões econômicas. O adultério feminino por outro lado era severamente castigado, mas o vínculo conjugal poderia ser dissolvido por

ambas às partes. O casamento prosseguia enquanto ambas as partes desejassem.

#### **4. Família monogâmica:**

No modelo monogâmico de família o casamento era feito com casais individuais, com obrigação de coabitar exclusivamente. No entanto, diferentemente da família sindiásmica onde o vínculo matrimonial podia ser desfeito por qualquer das partes, na família monogâmica a desvinculação do casamento era feita somente pelo homem que podia repudiar sua esposa.

Além disso, era dado ao homem o direito a infidelidade conjugal pelo código de Napoleão que permitia a ele ter uma amante desde que não a trouxesse a sua casa para morar com ele e sua esposa. Em relação as mulheres, caso quisessem reavivar práticas sexuais antigas era-lhes reservada punições rigorosas. Percebe-se que sempre a mulher era vista como objeto nas mãos dos homens e, além disso, constata-se uma permanente transformação no seio familiar mostrando o processo dinâmico que sempre marcou e marca este grupo.

Percebe-se, portanto que apesar da estrutura predominante nos dias atuais ser a da família monogâmica ou nuclear, a história mostra que este grupo de pessoas (a instituição familiar) Passou por várias etapas sociais, econômicas, culturais mostrando, portanto que este grupo não é, nunca foi e nunca será “natural” como muitos pensam que é.

Aliás, sobre isso Engels (2012, p. 48) afirma:

O estudo da história primitiva revela-nos, em vez disso, um estado de coisas em que os homens praticam a poligamia e suas mulheres a poliandria, e em que, por consequência, os filhos de uns e outros tinham que ser considerados comuns. É esse estado de coisas, por seu lado, que passando por uma série de transformações, resulta na monogamia. Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum e que era muito amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim, abrange exclusivamente o casal isolado, que predomina hoje.

As uniões realizadas nos tempos antigos eram feitas não por identificação afetiva ou amorosa, mas sim por conveniências religiosas e, sobretudo materiais; no caso específico da família monogâmica o pai só legava os bens para os filhos biologicamente dele e isso no sentido de “cumprir um dever” com o Estado, os Deuses e os antepassados.

O autor ainda afirma que a família monogâmica foi a primeira forma familiar que se baseava em questões puramente econômicas fazendo com que a propriedade privada prevalecesse sobre a propriedade comum primitiva.

Neste sentido a monogamia para Engels (2012, p. 87) era assim descrita:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Ao contrário, ela surgiu sob a forma de escravização de um

sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: 'a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos'

Cada uma dessas formas familiares que Engels (2012) através de Morgan cita em seu livro viveu se podemos assim pronunciar “a infância, a adolescência e até a decadência” cada uma delas em seu período. No entanto o único modelo familiar que assim como as outras passou por transformações e que alcança até nossos dias é a estrutura monogâmica da família, e isso encontra ressonância no processo histórico.

Com o desenvolvimento da propriedade privada que é o berço da família monogâmica, houve a necessidade de passar o direito de herança aos filhos ligados exclusivamente ao casal e com isso garantir à próxima geração as condições materiais de sobrevivência, para isso foram criadas instituições que organizassem a transmissão de bens de forma legal no sentido de fazer passar o nome da família para frente.

Essa atitude era estranha em famílias mais primitivas, mas o fato é que a propriedade privada se tornou base para o crescimento das sociedades permitindo o avanço não só material como também técnico-científico e no bojo de tudo isso o enraizamento do modelo monogâmico de família.

Vale lembrar, aliás, que a monogamia existia em tempos remotos e se caracterizava pelo acasalamento que durava até onde as partes permitissem. No período da barbárie, por exemplo, caso a mulher não fosse fiel ao marido poderia sofrer penas pesadas ao passo que ao homem a liberdade era total, hoje em dia pelas metamorfoses profundas que o mundo passou e ainda passa (salvo algumas exceções em determinadas sociedades) homens e mulheres tem direitos iguais seja na área da educação, na política, no mercado de trabalho onde em todas as ocupações encontram-se mulheres fazendo a mesma atividade que os homens ou até mesmo melhor, isso mostra o quão é importante o equilíbrio pra se ter uma sociedade harmônica e justa, mas é necessário que para tanto a ideia de igualdade comece dentro de casa na família.

## 2.3 A DINÂMICA FAMILIAR E O AMBIENTE DOMÉSTICO

Dando continuidade ao modo operandi da família antiga Coulanges (2011) tece a maneira como grupos familiares em determinadas sociedades como a grega e a romana viviam e como se dava a relação de seus membros entre si e entre a cultura até então vigente, era comum segundo o autor supracitado encontrar nas casas um altar e nele o chamado “fogo sagrado” onde essas pessoas prestavam seus cultos aos deuses e aos antepassados; tal atitude era realizada pela manhã e à noite quando se apresentavam ao fogo pela última vez. No transcorrer do dia essas pessoas partilhavam a refeição de maneira piedosa frente ao altar e todos comiam e bebiam de igual modo. Além disso, a família costumava cantar hinos ensinados pelos mais velhos fortalecendo, portanto, a tradição musical. O fator religião era tão forte que perto da casa onde esse grupo familiar morava existia túmulos era uma maneira de demonstrar a ligação afetiva entre os parentes vivos e mortos, isso também sinalizava que o grupo familiar não perdia sua identidade com a chegada da morte.

Outro dado que o autor registra é que em dias marcados pela religião do lar a família se reúne frente aos túmulos oferecendo aos seus finados uma alimentação fúnebre como bolos e vinhos; além de lhes prestarem homenagens como, por exemplo, queimando as carnes de uma vítima e fazendo-lhes adorações, em troca os parentes vivos pedem que seus mortos os protejam, tornem a casa prospera e os corações virtuosos. No que diz respeito a esse tipo de tradição de liturgia os membros da família eram iguais, ou seja, todos concordavam e se comportavam no modo de tratar solenemente seus antepassados; mas essa igualdade terminava aí uma vez que o princípio desse grupo familiar não se dá pela ordem de nascimento. Para o escritor francês, citado anteriormente, homem e mulher tinham regras diferenciadas quando da época do casamento ou mesmo de emancipação, irmãos e irmãs eram vistos como pessoas totalmente opostas à luz do direito grego ou romano. Por mais que o afeto circule na relação familiar, sobretudo na relação entre o pai e sua filha; este não pode lhe dar seus bens para aquela.

Segundo Coulanges (2011, p. 54):

O princípio da família não o encontramos também no afeto natural. Porque tanto o direito grego como o romano não levam em consideração esse sentimento. Este pode existir no fundo dos corações, mas, para o direito

nada vale. O pai pode amar sua filha, mas não lhe pode legar os bens. As leis de sucessão, isto é, as leis que mais fielmente testemunham as ideias formadas pelos homens acerca da família, essas estão em contradição flagrante, tanto com a ordem do nascimento como com o afeto natural.

Fica claro, portanto que apesar da presença do afeto que tem sua parcela de contribuição na dinâmica da família, não é ele que define a estrutura desse grupo, nem tão pouco a lei da primogenitura a não ser que o primeiro a nascer seja o homem.

Toda essa ciranda de acontecimentos tinha uma causa de ser: a religião é ela quem ditava a ordem dos acontecimentos no seio da estrutura familiar desde a maneira correta de cultuar os deuses e os antepassados, passando sobre como a mulher devia obedecer ao seu marido e os filhos a figura paterna até o modo como era repartido os bens.

Tanto o direito grego como o romano na verdade eram instrumentos da religião no sentido de ela não ser questionado ou desobedecido caso contrário o perverso era condenado a “danação eterna”.

O autor tenta mostrar que mais do que a ordem de nascimento, mais do que a lei do afeto é a religião que une a família e lhe constitui no sentido de marcar a dinâmica dos seus membros ali existentes.

No que diz respeito especificamente ao direito de herança vale lembrar que o ato de receber bem material seja tesouros, casas, propriedades etc. está ligado à participação, o envolvimento do sujeito (membro da família) no culto do lar; caso ele renuncie a esse culto automaticamente será considerado um deserdado, além disso, a mulher só será verdadeiramente considerada membro da família de seu marido quando o casamento a tiver iniciado no culto; outro dado interessante é o filho adotado que poderá receber a herança se tomar parte na liturgia religiosa da família uma vez que segundo as regras da época caso isso de fato acontecesse a presença dele nesse ato religioso era mais importante do que qualquer ligação sanguínea.

Tudo isso sob a chancela da religião que mandava na alma, no corpo e nas finanças da família antiga.

Afora o ato religioso como já se sabe era uma das características que marcava a família antiga, outro acontecimento igualmente importante e que inclusive foi estabelecida pela religião doméstica foi a cerimônia de casamento, através desse



viés pode-se mais de perto entender tanto o papel masculino como o feminino que ditava a dinâmica social de então. Para Coulanges (2011, p. 56):

É preciso observar que essa religião do fogo e dos antepassados, transmitida de varão a varão, não pertencia exclusivamente ao homem, pois a mulher também tomava parte no culto. Como filha, ela assistia aos atos religiosos do pai; casada aos do marido.

A jovem ainda solteira tinha por obrigação cultuar o deus de sua família e dos antepassados; fazendo orações, dando oferendas e agradecendo as graças alcançadas.

Nos tempos primitivos, era comum a família adorarem deuses diferentes, de modo que quando um rapaz pedia a moça em casamento ela tinha por questões tradicionais que abandonar o deus paterno e passava a reverenciar o deus do marido.

A antiga religião não permitia em nenhuma hipótese que a mulher servisse a dois deuses. Ora, se por um lado esse homem que desfrutava sem medo ou preocupação de seus deuses, hinos, músicas que recebia de seus pais e que lhe garantiam a felicidade e riqueza nesta e noutra vida; agora ele terá que dividir tudo isso com uma mulher que passa a partir do casamento a fazer parte de sua família.

Mas como isso se dava na prática? Coulanges (2011, p. 57) demonstra essa dúvida ao escrever:

Assim, ao penetrarmos nos pensamentos desses homens antigos, vê-se que importância tinha para eles a união conjugal, e como era indispensável nisso a intervenção da religião. Seria preciso alguma cerimônia sagrada para iniciar essa moça no culto que seguirá daí por diante? Para torna-se sacerdotisa desse lar, ao qual, no entanto, o nascimento não a ligava, não necessitaria ela de uma espécie de ordenação, ou de adoção?.

A cerimônia do casamento era levada com seriedade em tempos antigos e por causa disso todas as suas etapas tinham que ser rigorosamente seguidas, uma vez que cada uma delas simbolizava não só o rompimento com tradições já estabelecidas (como é o caso da mulher que não mais adora o deus paterno), mas também mostra o início de uma nova etapa na vida dos jovens noivos, seja no caso da mulher em adotar o deus do marido, além de fazer parte da família dele; seja por parte do marido abrir sua vida doméstica e religiosa para essa nova presença em sua vida.

Esta cerimônia era realizada de modo parecido nas culturas grega e romana. Na sociedade grega o deus que celebrava a união conjugal não era nenhuma das entidades conhecidas do olimpo, o casamento era realizado no ambiente doméstico sendo “abençoado” pelo deus do lar; quando a religião dos deuses do céu foi estabelecida as pessoas passaram a cultua-los, no entanto, sem deixar de lado a tradição dos deuses caseiros. Com relação a realização do matrimônio não era diferente, mas, a parte principal deste evento religioso continuava sendo feito diante do fogo sagrado do lar. Ainda nesta sociedade a cerimônia do casamento se dava em três atos:

- Todo o processo começa na casa do pai da moça, que diante do pretendente realiza um sacrifício e depois verbaliza uma fórmula sacramental. Em seguida declara dar a filha ao rapaz que de agora em diante será o marido/senhor dela. A atitude do pai da moça é importante no sentido de que ela só poderá adorar o deus de seu marido se antes for dispensada das obrigações religiosas de sua família de origem.
- Em seguida a moça era levada para a casa do marido sendo às vezes ele próprio quem a conduzia. Já em algumas cidades quem realizava tal ato eram homens sacerdotais conhecidos como arautos. O rosto da donzela era coberto por um véu e tinha na sua cabeça uma coroa. Era levada de carro a residência de seu esposo e usava o vestido branco. Essa cor era usada em todas as atividades religiosas.
- O ato do casamento em si começa dentro de casa, até então todo o processo anterior era na verdade uma preparação para o que vinha a acontecer em seguida. A esposa é colocada diante do deus doméstico, é aspergida com água e toca o fogo sagrado. Depois os recém-casados fazem orações e partilham uma rápida alimentação. Tal situação coloca ambos não só em comunhão entre si; como também com os deuses do lar.

A cerimônia de casamento na sociedade romana assemelhava-se muito em relação a grega, também dividida em três momentos os romanos assim procediam:

- ♦ A moça deixava de fazer parte da casa paterna. Como a partir desse momento ela passaria a fazer parte da família do marido, cabia ao pai dela fazer esse desligamento como ato de entrega da filha ao pretendente.
- ♦ Em seguida a moça é levada á casa do marido, assim como na Grécia seu rosto é coberto por um véu além de usar na cabeça uma coroa. Em torno dela canta-se hino religioso como parte da tradição dos antigos.
- ♦ Finalmente a esposa é conduzida até a presença das imagens de deuses e antepassados prestando-lhes reverencia; logo depois tanto o marido como sua esposa fazem orações e dividem entre si um bolo de farinha. Esse bolo é comido em frente das divindades da família sendo isso efetiva a união conjugal.

Sobre a atitude da mulher daí em diante Coulanges (2011, p. 61) observa:

A mulher, assim casada, tem ainda o culto dos mortos, mas não é aos próprios antepassados que essa mulher leva refeição fúnebre, pois já não tem mais esse direito. O casamento desligou-a completamente da família do pai e faz com que a nubente quebrasse todas as relações religiosas com a família de origem. Aos antepassados do marido é que agora ela vai levar a oferenda, que é de sua família; eles tornaram-se seus antepassados. O casamento deu-lhes segundo nascimento. Dali por diante estará colocada no lugar de filha do marido, isto é, filial loco, dizem os juriconsultos. Não se pode pertencer nem a duas famílias, nem a duas religiões domesticas, e, assim a mulher pertence completamente á família e á religião do marido. Ver-se-ão as consequências desta regra no direito de sucessão.

Pode-se entender que a mulher além de não ter direito algum sobre sua autonomia, não passava de um mero objeto de aspirações narcisistas pela então sociedade fálica.

O autor afirma que a constituição do casamento é tão antiga quanto à religião doméstica; uma surgiu em função da outra. Na verdade, ambas produziram efeito tão poderoso na relação conjugal que apenas o sexo pelo sexo não teria sentido algum, a crença nos mesmos deuses, a celebração do mesmo culto, a reverencia aos mesmos antepassados é que une fortemente o homem e a mulher em matrimônio a princípio eterno.

Não era de estranhar que tal religião proibisse terminantemente a poligamia ou poliandria. Mas nem tudo na vida acontece da maneira exata como

se planeja; havia casos de separações mesmo frente á aparente rigidez que a religião conferia a cerimônia do casamento. Sobre isso o historiador Frances (COULANGES, 2011, p. 62) assinala:

Concebe-se, pois, que tal espécie de união fosse mesmo indissolúvel e que o divórcio fosse quase impossível. O direito romano permitia facilmente a dissolução do casamento celebrado pela coemptio, ou pelo usus, mas a dissolução do casamento religioso era muito difícil. Para esta ruptura era necessária nova cerimonia sagrada, porque só a religião podia desligar aquilo que a religião ligara. O efeito da confarratio só poderia ser destruído pela diffarratio. Os dois esposos, que queriam separar-se, compareciam pela última vez diante do altar comum, estando presentes um sacerdote e testemunhas. Apresentava-se aos esposos, como no dia do casamento, um bolo de flor de farinha, mas, provavelmente, ao invés de o partilharem entre si, rejeitavam-no. Depois, no lugar de orações, pronunciavam formulas de índole estranha, severa, odiosa e terrível, uma espécie de maldição mediante a qual a mulher renunciava ao culto aos deuses do marido. A partir desse momento o laço religioso achava-se rompido. Cessando a comunidade de culto, cessava qualquer outra relação em comum e, de pleno direito, o casamento estava dissolvido.

Acredita-se que toda regra tem sua exceção, em sendo assim o contrato conjugal tão celebrado na antiguidade não fugia a regra.

### 3 OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL

#### 3.1 A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL: **um olhar sobre a família patriarcal**

Quando se fala em família no Brasil deve-se ter em mente a estrutura da família patriarcal, um modelo familiar que reinou absoluta durante boa parte de nossa história e que explica em parte sobre como nós somos.

Este tipo de família é formado por várias pessoas o pai, a mãe, os filhos, sobrinhos, cunhados etc. todos morando numa mesma casa que era grande, espaçosa e geralmente ficava em grandes propriedades rurais. Neste grupo os papéis são bem definidos e todos devem cumpri-lo rigorosamente para que não aja riscos de subversão de autoridade que era delegada ao pai ou aos homens, e quando morria era substituído por outro que assim como os demais fazia sua função sem nada questionar.

Vale lembrar que a finalidade deste tipo familiar é através do casamento que tinha que ser religioso, assegurar aos seus membros, sobretudo filhos e netos a continuidade do poder material-fazendas, pedaços de terras além do poder político. Muitas das famílias tinham influência política na região onde viviam elegendo determinadas pessoas para, por exemplo, o senado do império. Finalmente a decadência deste modelo se dá com a inevitável industrialização ocorrida em meados do século 19 tornando os grandes engenhos e lavouras praticamente inutilizados, com isso passa a ceder espaço para a chamada “família conjugal moderna” pode-se dizer porque não, uma variante da família patriarcal. Além da urbanização, iluminação, mudanças na fisionomia das cidades entre outras coisas que foram frutos do modernismo industrial que chegou ao Brasil vindo da Europa, sobretudo da Inglaterra, percebe-se também uma mudança dentro de casa, ou seja, a família diminui de tamanho deixando de ser extensa para cada vez mais tornar-se nuclear.

Neste sentido Almeida (1987) afirma que a família moderna ou nuclear é o ponto de chegada onde a família patriarcal foi o de partida; a finalidade do casamento agora estar associado mais ao controle de impulsos sexuais fora do círculo conjugal (família moderna) do que assegurar interesses políticos costume esse típico do agora decadente patriarcalismo.

Sobre a importância que o modelo patriarcal manifestou sobre uma parte da identidade do povo brasileiro a autora acima citada afirma:

iluminados por este padrão dominante, lemos nossa história a partir dele, como se neste uma biografia de um personagem central se incorporasse todos os personagens centrais dos vários séculos, sempre os mesmos; como se todos os caminhos levassem natural e inexoravelmente ao caminho principal, o percorrido, e ele fosse um desdobramento também natural de uma circunstância dada, ou um resumo, um apanhado, das alternativas concretamente vividas (ALMEIDA, 1982, p.14-15).

Além do fato deste modelo de família ter se expandido pelo território nacional o que por um lado contribuiu para a sua dominação cultural; outro fator que também solicitou a importância deste grupo foi manipulações e uso da violência seja física ou simbólica no sentido de garantir sua posição.

Durante trezentos anos de sociedade colonial nos indagamos se a família patriarcal foi o único modelo existente ou dominante. Para Almeida (1982) nesse período o país era dividido por dois tipos de família, a saber: a família patriarcal formada pelo senhor de engenho, a esposa, a prole e boa parte de outros parentes; e a não familiar composta pelo resto da população “massa anônima” enquanto uma vivia em grandes propriedades de terras cultivando açúcar, café, algodão etc., o povo por sua vez vivia acotovelando-se nas então nascentes cidades, pobres na sua maioria alguns dos quais trabalhavam para os grandes engenhos.

Ainda segundo a autora, a análise da nação colonial pela visão da família patriarcal era no sentido de demonstrar a importância desse grupo familiar no período de então. Foi uma tentativa de fazer do Brasil da época uma imagem e semelhança do modelo patriarcalista. A família patriarcal existiu e foi muito importante na formação da sociedade, no entanto ela participava do dia a dia da nação com o resto da população.

Um detalhe interessante é que um dos fatores que levaram ao aumento da população foi o ato sexual que era praticado muito mais fora do que dentro do âmbito familiar ou do casamento, pessoas de classe alta (ligadas a família patriarcal) tinham relações sexuais com pessoas de outras classes: o senhor de engenho praticava o ato sexual com sua escrava; muitos dos portugueses tinham sexo com índias; índios com negros e isso para não dizer do progressivo aumento da população negra muitos dos quais vinham da África outros tantos nascidos em solo brasileiro.

Talvez do porque a família patriarcal brasileira ser vista como o elemento chave do período colonial é que se pode deduzir que ela seja junto com a família nuclear os únicos modelos de famílias a serem seguidos, enquanto no passado a família patriarcal por seu poderio econômico e político fazia questão de se diferenciar da “massa amorfa”, ou seja, do resto da população, a família nuclear tenta se diferenciar dos demais como a “única existente” como “o único lugar onde seus membros podem crescer saudavelmente”, tanto ontem como hoje percebe-se movimentos no sentido de “enquadrar” um modelo de família.

Vale lembrar que antes desse enquadre, a transição do modelo colonial para o modelo moderno de família não se deu sem crise, provavelmente por um ser decorrência do outro se pode perceber sutil resistência de modos antigo-coloniais ainda hoje. Holanda (1995, p.142-143) assim explica:

A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial aqui assinalada pode dar uma ideia pálida das dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e de sangue. Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias ‘retardatárias’, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico. Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida. Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, forra da família. E se bem considerarmos as teorias modernas, veremos que elas tendem cada vez mais separar o indivíduo da comunidade doméstica, a liberta-lo, por assim dizer, das ‘virtudes’ familiares. Dir-se-á que essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatórias de qualquer adaptação à ‘vida prática’

No caso específico do Brasil tanto a coroa Portuguesa de origem católica como a própria igreja católica que patrocinaram a expansão populacional do recém “descoberto” território usaram de ferramentas materiais, linguísticas, religiosas para a formação e caracterização do nascente povo brasileiro.

A união entre Estado e Igreja tão forte em Portugal atravessou o Atlântico chegando para dominar a vida civil, política, matrimonial e familiar da nova colônia de maneira que seus sinais (ainda que timidamente) ainda hoje são sentidos.

Sobre a inserção do Estado Português e da Igreja católica no dia a dia do território brasileiro, mais uma vez Almeida (1982, p. 28) vem dizer:

Se é fácil perceber que desde o começo da colonização há um afrouxamento na aplicação das regras canônicas referentes ao casamento, sempre que interesses maiores estão envolvidos, é possível também observar que a implantação da disciplina religiosa foi uma forte estratégia de controle utilizada pelo Estado português na ocupação do novo território, embora esse controle tenha sido muitas vezes usado pela igreja em proveito próprio e contra os interesses do estado colonizador. Desde os pequenos conflitos narrados por Anchieta, com os primeiros colonizadores que pretendiam autonomia do braço estatal português, aqui representados pelos jesuítas expedicionários que desejavam sua ajuda na exploração da terra, até o suicídio de um ex-governador de duas capitânias diante do impasse de voltar à metrópole com uma companheira ilegal de vários anos, ou se casar com uma mulher de classe 'inferior' é possível acompanhar a utilidade da tentativa de implantar uma moral e uma ordem onde o casamento tinha importante papel, ainda que simbólico.

É fato que apesar do controle estatal e da igreja nem tudo saíra como o planejado, a “preguiça” do índio, promiscuidade sexual do português com negros e índios com o objetivo de aumentar a população numérica e geograficamente foram fatores que “saíram da ordem” estabelecida particularmente pela igreja.

E a mulher, como era seu papel no período colonial? No contexto da família patriarcal a mulher servia como uma auxiliar ao seu marido, enquanto o mundo era a casa do homem o ambiente doméstico era a casa da mulher e como tal além de lhe servir na cama como esposa, tinha que cuidar dos filhos, fazer a comida e muito raramente tomava frente dos negócios da casa grande.

No contexto geral a posição da mulher na sociedade colonial era “inferior” ao do homem. Além disso, há casos de mulheres que quando seus maridos viajavam eram presas em quartos para que não os traíssem ou mesmo àquelas mulheres que não tinham dotes era enviada para conventos e lá ficava toda a vida. Se por um lado o homem português via na mulher índia e negra a possibilidade de satisfação de seus impulsos sexuais e com isso garantir também a geração de uma nova civilização que estava por vir, por outro era comum em muitas ocasiões famílias de classe alta enviarem suas filhas ao convento do que as entregarem a determinados pretendentes de outras classes sociais.

Assim como a família é um discurso sócio histórico que passou e passa por transformações ao longo do tempo e em diferentes contextos, a atuação da mulher também não foge a regra. Sobre isso Almeida (1892, p. 32) afirma:

Em suma, o argumento da inferioridade da mulher, assim como do negro, do cristão-novo ou dos filhos ilegítimos, na sociedade colonial deveria ser utilizado com certa parcimônia e sempre contextualmente. Sua inferioridade foi sempre argumentada politicamente e de maneira estratégica, em



conformidade com os interesses dos que detinham o poder de manipular esta argumentação.

Manipulação e argumentação suscetível de afetações ideológicas, políticas, econômicas que faz a mulher passar de um objeto nas mãos do marido senhor de engenho á titular de cargos em Empresas, sindicatos, sua entrada na política e até na chefia da família. O que faz a mulher ser uma mulher ou a família ser uma família, Determinações biológicas ou de fato acontecimentos histórico-culturais? Afora algumas diferenças biológico-anatômicas veem-se ainda nos atuais dias que determinadas funções como babás, professora de ensino infantil, cabelereiro, por exemplo, são tipicamente femininas, é como se a mulher só servisse em determinadas atividades não se misturando com “coisas dos homens”.

Essa diferenciação entre aquilo que se considera “mundo feminino” e o “mundo masculino” típico do patriarcado estendeu-se até os dias atuais, notadamente no que diz respeito à constituição do casal enquanto origem da família. É exatamente a dinâmica (ou a sua alteração) entre os cônjuges que permitirá uma nova forma de tessitura familiar moderna.

### 3.2 A FORMAÇÃO FAMILIAR NO BRASIL: **a vez da família moderna**

A família patriarcal dominou todo o cenário colonial brasileiro deixando sua marca na formação da nossa sociedade, mas como se sabe ela não foi o único tipo de família existente, pois dividia o espaço geográfico e cultural com outros modos familiares espalhados pelo resto da população, os “amorfos”, “sem forma”, além de sua inegável influencia material e cultural a família patriarcal é também conhecida pelo seu poderio político no sentido de interferir em destinos desenvolvimentistas de uma região ou mesmo de “patrocinar” candidatos aos altos cargos do império.

Este tipo de família acompanhou boa parte da história do Brasil e talvez seja por isso que ainda nos dias de hoje se percebe seus sinais ecoando ora no mundo político (gerações de políticos ocupando cargos na república) ora em famílias tradicionais, sobretudo no Nordeste com seus casarões e escudos que representam suas “identidades”. A família patriarcal não mais existe ou se existe ela tem (por transformações históricas) outro nome: família conjugal moderna.

É inegável que a ideia de família saiu de um conceito rígido para formas mais plurais de famílias e de relacionamentos e apesar da importância desse grupo

em nossas vidas, houve mudanças drásticas não só em seu significado como também a ideia de casamento mudou.

Fazendo uma análise dessas mudanças Giddens (2005, p.151) assim expressa:

Não foi somente a família e o núcleo doméstico que mudaram. Importantes também são as expectativas variáveis que as pessoas tem de seus relacionamentos com as outras. O termo 'relacionamento', aplicado á vida pessoal, passou a ser usado amplamente há apenas 20 ou 30 anos, assim como a ideia de que há uma necessidade de 'intimidade' ou 'compromisso' na vida pessoal. Na nossa era moderna, um relacionamento é algo ativo- você tem que se empenhar. A questão é ganhar a confiança da outra pessoa. Quase todos os tipos de relacionamento sexual são assim agora, inclusive o casamento. Cada vez mais os relacionamentos dependem da colaboração e da comunicação entre seus participantes. A comunicação emocional tornou-se central não apenas para relacionamentos de amor sexual, mas para amizades e interações entre pais e filhos.

A família conjugal moderna também conhecida como família nuclear é formada pelos cônjuges e seus filhos, diferentemente da família patriarcal que “enxertava” outros membros ao convívio com o senhor de engenho, sua esposa e seus filhos. Esse novo formato familiar que no caso do Brasil teria vindo ocupar o espaço até então pertencido ao modelo familiar colonial, surgiu em meio a uma sociedade que começava a se industrializar exigindo de seus indivíduos outras posturas condizentes com a “nova era” então surgindo. Além de modificações a nível urbano com construções de prédios, ruas, avenidas ou mesmo de cidades a chamada era moderna também causou alterações no mundo do trabalho, com o surgimento da tecnologia industrial, foi possível a instalação de fabricas que reuniam e treinavam homens e até mulheres e crianças para atividades pesadas como montagens dos primeiros carros, lavar e limpar o chão das fabricas, montagens dos motores, funilaria e pintura. Tudo isso inegavelmente impactou a família que assistia a saída de seus membros do seu seio para o mundo da indústria, negócios adquirindo outros modos de existência fora daquele usual, ou seja, das relações estritamente parentais.

Com mudanças em nível de relações familiares as pessoa puderam olhar com mais consciência sobre seu papel no seio da família e as conexões que as ligam. Sobre essas relações que dinamizam os sujeitos dentro deste grupo Giddens (2005, p.152) outra vez assinala:

As relações familiares são sempre reconhecidas dentro de grupos de parentesco mais abrangentes. Virtualmente em todas as sociedades, podemos identificar o que sociólogos e antropólogos chamam de família nuclear, dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças ou com crianças adotadas. Na maioria das sociedades tradicionais, o núcleo familiar era parte de uma rede mais ampla de parentesco de algum tipo. Quando parentes próximos além do casal e seus filhos vivem juntos no mesmo ambiente familiar ou em um relacionamento próximo e contínuo uns com os outros, falamos em uma família ampliada. Uma família ampliada pode incluir avós, irmãos e suas esposas, irmãs e seus maridos, tias e sobrinhos.

Por outro lado a modernidade possibilitou que esse sujeito passasse a conviver com pessoas de outros matizes familiares, geográfica, culturais, econômicas e políticas permitindo-lhe que formasse sua própria família longe da sua de origem.

Do ponto de vista da terapia sistêmica as relações familiares dão-se na interação dos indivíduos conhecidos como parentes e é nessas interações ou relações que os problemas manifestados por um ou alguns de seus membros acontecem. Para se entender como funciona uma família os teóricos dessa abordagem desenvolveram um conceito conhecido como **cibernética**, que é um estudo sobre sistemas de feedback em sistemas que se autogovernam. A comunicação da família com outros sistemas é no sentido de manter certa estabilidade sobre seu desempenho. Esses feedbacks dividem-se em positivos e negativos dependendo do equilíbrio ou homeostasia dentro do seio familiar. Sobre o significado do feedback negativo e positivo Nichols (2007, p. 101) assim explica:

O **feedback negativo** indica que o sistema desvia-se do alvo e quais as correções necessárias para trazê-lo de volta ao curso. Ele sinaliza que o sistema precisa restaurar seu status quo. Assim, o feedback negativo não é de forma alguma algo negativo. Sua informação vital para corrigir erros dá ordem e autocontrole a máquinas automáticas, ao corpo e ao cérebro e às pessoas em seu cotidiano. O **feedback positivo** é a informação que confirma e reforça a direção que o sistema toma.

As relações familiares, portanto podem ser agradáveis ou não dependendo do nível de qualidade ou do comprometimento (ou falta dele) por parte de seus membros. A terapia familiar sistêmica vem nesse sentido jogar luzes naquilo que de fato acontece entre os sujeitos dentro deste grupo e que muitas das vezes passa totalmente despercebido por aqueles que compõem o sistema familiar seja ele nuclear, ampliada, monoparental ou mesmo homo afetivo, tal abordagem está a serviço destes modelos no sentido de aproximar seus membros rumo a uma relação menos traumática possível ou mesmo restaurativa.

Outro dado que chama a atenção na tessitura da família moderna é a mobilidade social, à medida que o indivíduo cresce social e profissionalmente não pelo status familiar e sim por esforço próprio ela acaba muitas vezes se separando fisicamente da sua família de origem indo morar e trabalhar em outro lugar e com isso passa a iniciar uma nova vida econômica e mesmo familiar contraindo um matrimônio. Enquanto na família patriarcal praticamente não havia conflitos uma vez as tensões eram rapidamente resolvidas estrutura que a caracterizava, a mesma coisa não se pode dizer em relação a família moderna que normalmente é atingida por conflitos sobretudo entre pais e filhos ou mesmo entre os filhos adolescente quando se relacionam com pessoas de outras famílias e com modos diferentes de educar.

Tanto na modernidade quanto na chamada pós-modernidade a instituição familiar ( no que diz respeito a educação de seus filhos) vem sendo afetada pela concorrência de outros campos que são grandes influenciadores no fazer social a saber: cinema, televisão, jornais, ONGS etc. e com isso ficamos sabedores de vários relatos de brigas ( algumas com vítimas fatais) no seio familiar, tudo isso fruto de um processo histórico que não é estático mostrando que o grupo familiar estar à mercê de instabilidades característica essa indispensável as suas transformações desde que o mundo é mundo.

## 4 O CASAMENTO E A DIVISÃO DE PAPEIS

### 4.1 SIGNIFICADOS DO CASAMENTO

Segundo o Ferreira (2000, p.137) o casamento significa: “União solene entre duas pessoas de sexos diferentes, com legitimação religiosa e/ou civil; núpcias. A cerimonia dessa união”, já o termo casar: “Unir por casamento ou matrimônio. Promover o casamento de. Emparelhar. Combinar, harmonizar. Casar. Unir-se”.

A família começa no casamento, ou seja, quando duas pessoas resolvem em acordo mutuo dividirem uma vida no sentido de formarem uma nova família. No início de uma relação conjugal geralmente cria-se uma expectativa não só entre o casal, mas também da família de ambos no sentido de saber como será, como se dará essa nova união, se terão filhos ou não, quem vai trabalhar ou fica em casa etc.

Esse tipo de pensamento não nasce dos nubentes e sim de suas famílias de origem que já são marcadas por processos históricos, comportamentais anteriores e que muitas das vezes o recém-casal “sem querer” assimila a expectativa.

Dependendo da estrutura psicológica, educacional ou mesmo social dos indivíduos recém-casados, eles podem ou não rejeitar essa pressão ou expectativas de suas famílias de origem que os querem repetindo mecanicamente rituais sociais propondo, portanto, alternativa de viver a conjugalidade. No que diz respeito a construção do “dever” de cada um dos cônjuges no seio familiar e como ele dinamizar as relações dentro do grupo e fora dele, Medina (1974, p. 25) coloca:

O problema hoje estará situado como iremos ver, na ocorrência de dois padrões de comportamento relacionados entre si: um interno a família como grupo doméstico e outro externo. Tais padrões terão como indicador relevante a questão da segregação dos papeis dos cônjuges que não estarão isolados na relação marital, mas se vinculará a teia de relações sociais que mantiverem com o mundo exterior ao seu grupo doméstico

Percebe-se com isto que quanto maior for a pressão social no sentido de se cobrar uma definição (rígida) dos papeis entre marido e esposa, mais essa caracterização do que seja “obrigação” de um ou outro norteará os laços afetivos do casal. O autor em questão entende que o que define de fato a dinamicidade dentro e fora do contexto familiar e que pode redefinir papeis é a mulher. Para ele quanto

mais for domesticada a mulher, mais ela se envolverá em assuntos da casa. Quanto mais caseira, mais as divisões maritais se acentuam no fazer familiar do casal.

O exemplo encontrado de domesticidade feminina está na classe trabalhadora onde o nível da passividade é maior do que entre as mulheres de classe média urbana e esta posição da mulher tende a aumentar quando gera filhos. A relação família-sociedade que gera a divisão do que seja “papel feminino e masculino” ocorre muito antes da união do casal, na verdade cada um dos futuros nubentes se relaciona com seus parentes dentro desta atmosfera do que seja tarefa do homem e da mulher.

Ao casarem eles levam para dentro desta nova família, desta nova fase de suas vidas, ensinamentos introjetados de como devem se comportar daí em diante. Nas palavras de Medina (1974, p. 29):

Com isto queremos dizer que a segregação dos papéis dentro do grupo conjugal tem sua origem na ocorrência da segregação dos mundos masculinos e femininos, presentes no trabalho contexto global e evidenciada nas famílias de cada cônjuge.

Sabe-se, porém, que com a entrada da mulher no mercado de trabalho ou mesmo na chefia das famílias, o dever do que seja masculino e feminino ficou mais relativizado, sobretudo quando as fabricas precisaram da mão de obra feminina para prover suas necessidades de mercado. A partir daí foi questão de tempo para que em todos os setores da sociedade encontrássemos homens e mulheres exercendo a mesma função, se bem que ainda não recebendo os mesmos salários.

Apesar dos ainda baixos salários, a entrada da mulher no mercado de trabalho representou um salto no processo de igualação (ainda em curso) em relação ao homem-marido. Para entender melhor esse impacto no mundo do casal Medina (1974, p. 31) assim escreve:

Para melhor caracteriza-lo, temos de perceber que ele se compõe de dois companheiros, pessoas que buscam realizar atividades em comum, num plano de igualdade e complementariedade mutua. Este mundo do casal-companheiros ao gerar descendentes gera também, e só aqui, outro mundo, o mundo da família, ao mesmo tempo em que, já teria expresso como mundo á parte, também igualado em sua efetivação, o ‘mundo do trabalho.

Entende-se, portanto que todo o processo sócio histórico que passou e passa a família fez com que ela enfrentasse uma crise, ou seja, transformações no

âmbito dos papéis (o fim da segregação dos mundos masculinos e femininos ainda em curso) para uma relação mais igualitária entre o casal mesmo que essa igualdade não seja uma realidade universal.

No mundo da casa “mundo doméstico” em tese separado do mundo da rua, do social, se percebe que a segregação entre marido e mulher ainda resiste não só por questões econômicas mais também culturais e até mesmo sentimentais além do fator biológico no sentido de que o homem fisicamente é mais forte que a mulher, no entanto essas situações não são suficientes para barrar a cada vez mais crescente igualdade de relações.

Nas palavras de Medina (1974, p. 32):

Entretanto, mesmo admitindo aquela diferença de sexo, o aspecto afetivo e instrumental que era atribuído, respectivamente, a mulher e ao marido, se expressam agora em ambos os parceiros, que podem atuar de uma ou outra maneira sem qualquer alteração de funcionamento do mundo do casal. É o ‘mundo doméstico’ anteriormente feminino, vivido agora por todos os seus membros, como o ‘mundo da vida familiar’, o ‘mundo da família’.

Por outro lado, se podemos bem observar veremos que o fator segregação na verdade nunca acabou ou acaba, ele saiu puramente do eixo biológico para uma divisão de papéis na criação do filho (no sentido de se saber quem vai leva-lo para a escola, dentista, esporte neste ou naquele dia etc.) a relação laboral entre ambos também denota essa diferença no sentido de se saber como se comportarão frente a possibilidade de um ganhar mais do que o outro etc. pode-se afirmar portanto que apesar de cada vez mais aclamada, desejada seja o tratamento igualitário entre os sexos em nossa sociedade, sempre haverá o “jeito de ser” do homem e da mulher no que diz respeito ao modo como se exercem os papéis.

O modo de ser do homem ou da mulher são aprendidos na cultura e, portanto, não se pode cair no simplismo de afirmar que tal comportamento é só do homem ou mulher.

Quando falamos de papéis sociais, de divisão de papéis, estamos a falar sobre segregação entre mundos e isso é importante para a harmonia do sistema familiar. Assim, teremos os papéis de pai, de mãe, de filhos e de irmãos, todos cooperando para que a dinamicidade no seio familiar seja o mais saudável possível. Não se pode esquecer-se da relação esposo-esposa onde haverá o surgimento do

processo segregacional vivido por cada um individualmente, mas em nível de igualdade de um para com o outro.

Sobre esses “mundos” do marido e da esposa e de como pode haver uma relação harmoniosa entre eles, Medina (1974, p. 35) de novo ressalta:

Torna-se indispensável, para que os elementos constitutivos dos ‘mundos’ em questão possam permanecer em equilíbrio, que as exigências de cada ‘mundo’ segregado não interfiram nos demais. Por isso a socialização, para expressar-se como demonstração afetiva do casal no exercício do papel de pai e mãe, tem em mira tornar independente o seu dependente no decorrer do processo.

A igualação do homem e da mulher em termos culturais resignificou a estrutura da família saindo do modelo tradicional para um modelo onde os papéis são mais diversificados onde o casal em comum acordo planeja quando quer ter filhos (ou não querem), a alternância na hora do cuidado com filhos pequenos onde cada vez mais os homens trocam fraldas, dá a mamadeira ou dar banho enquanto a mulher estar no mercado de trabalho sendo muitas das vezes a provedora do lar e isso durando um período até que ambos baseados em uma parceria cuidem da prole sem descuidar do mundo exterior (mundo do trabalho).

Outra vez Medina (1974, p.38) afirma:

Tal fato retira do suporte normativo a unicidade que tinha no passado. Embora a segregação dos mundos masculinos e femininos ainda esteja presente, não há dúvidas que nos encaminhamos para uma permissividade nova no plano doméstico, uma maior atuação da escola no plano dos filhos e uma divisão das tarefas entre o casal, no tocante ao sustento da família.

É claro que essas mudanças no interior da família não ocorrem sem tensões, uma vez que o modelo tradicional com seus membros rigidamente definidos tem dificuldades em responder aos anseios de uma sociedade em constante transformação, a mudança para a família nuclear ou elementar tornara-se uma alternativa no sentido de procurar adequar seus membros a um mundo com outras possibilidades de vivências.

Na esteira dessas modificações está o casal, que é origem com o surgimento de filhos dando continuidade ao grupo familiar, com isso deve-se enfatizar a importância do casamento, momento onde o casal se une em comum acordo para executar planos e sonhos que os fizeram chegar até ali. A ideia de casar revela-nos que os nubentes estão decididos, amadurecidos a levarem uma



vida a dois que pode até não ser muito fácil, mas uma vez que o casal (notadamente nos dias atuais) abre mão do individualismo ou de interesse outros, certamente essa união perdurará.

Um detalhe muito importante é que no fenômeno do casamento ocorre o encontro não só de duas pessoas, mas, sobretudo de duas experiências com históricos de vidas diferentes mesmo que os objetivos casamentares sejam comuns, tanto um como o outro levam um pouco de suas famílias para esta nova fase de suas vidas e, portanto, é comum os cônjuges levarem experiências familiares na formação do novo grupo familiar. Mas até que ponto isso é saudável? E se o casal desejar ter uma vida conjugal diferente do sonhado de suas famílias de origem ou mesmo daquilo que apregoa a sociedade? Eles devem seguir um roteiro já estabelecido? E se eles não conseguirem cumprir todas as demandas sociais de como marido e esposa devam se comportar? (marido provedor e mulher em casa com a prole etc.)

Voltando a questão da terapia familiar sistêmica no que diz respeito às regras familiares, cada família deve procura maneiras, alternativas para o justo equilíbrio entre os membros e isso independe de quem fará tal ou qual papel. Seja o marido provedor ou a esposa, o casal deve procurar àquilo que for o melhor para um saudável crescimento entre eles. Para tanto é necessário que haja uma comunicação entre os cônjuges para que as regras entre eles possam se dá de comum acordo.

Sobre essas regras e suas influencias na dinâmica da família, Nichols (2007, p. 102) assim expressa:

Aplicada às famílias a cibernética concentrou-se em diversos fenômenos:

- \* **Regras familiares**, que governam a variação de comportamento que um sistema é capaz de tolerar (a variação homeostática da família);
- \* Mecanismo de feedback negativo que as famílias empregam para impor essas regras (culpa, punição, sintomas);
- \* Sequencias de interação familiar em torno de um problema que caracterizam a reação de um sistema a ele (os circuitos de feedback em torno de um desvio);
- \* O que acontece quando o feedback negativo costumeiro do sistema é inefetivo, desencadeando circuitos de feedback positivo.

Isso mostra que os circuitos de feedback no sistema familiar tem o objetivo de formatar os padrões de comunicação e portanto do estabelecimento de regras

não só no sentido de manter a homeostase (equilíbrio) como também de identificar disfunções no seio dessa família.

Seguindo esse raciocínio sobre o estabelecimento das regras e a consequente harmonização que elas devem gerar, vale lembrar que como indivíduos já nascemos em um mundo que existe antes de nós e que, portanto, e de maneira geralmente passiva somos educados e orientados pelos mais velhos (pais e professores) a nos comportarmos de determinada maneira porque só assim as regras ou o etos social que rege a maneira como uma comunidade vive estará garantida para a próxima geração. Sobre o peso da sociedade em determinadas atuações do indivíduo, Medina (1974, p. 40) assim coloca:

Embora saibamos que o indivíduo está sempre presente e que, numa mediação incessante, num esforço pessoal de integração e atualização, ele fará seu (mundo próprio), não devemos nos esquecer que é da sociedade, á qual está ligado, que receberá um certo número de (pedras angulares fundamentais), sobre as quais edificará a estrutura de sua experiência cotidiana e suas regras de condutas.

Transferindo isso para o mundo do casamento percebeu-se que essa mesma sociedade quer que os cônjuges sigam certo ritual e, portanto, determinado modelo familiar para que possa ter assegurado seu status quo indefinidamente. Mas as culturas são passíveis de transformações o que significa dizer que o indivíduo apesar da grande influência externa com o qual se defronta cotidianamente, muitas vezes se esforça para criar um mundo para si no sentido de não se ver esmagado por esse “totalitarismo” sociocultural.

Pode-se dizer basicamente que a diferença entre família nuclear moderna e a tradicional ou patriarcal é que naquela o casal tem certa independência em relação ao grupo familiar maior. O fato de geralmente os cônjuges morarem distantes de suas famílias de origem, de fazerem visitas aos seus pais ou primos de quando em quando etc. mostra claramente que a pressão outrora exercida pelos demais membros atualmente tornara-se menor. Com relação a possíveis influências que o casal moderno seja ainda afetado pelo grupo familiar Goode (1964, p. 90) assim coloca:

Deste modo, no momento, parece ser útil reter que um sistema de família conjugal é aquele em que se coloca uma ênfase social maior no vínculo conjugal ou na forma estrutural da família nuclear, mais do que o fazem

outros sistemas familiares; mas a unidade familiar pequena não é totalmente independente.

Como já se tentou explicar anteriormente mudanças sociais, econômicas, educacionais atingiram a família a ponto de lhe provocar verdadeiras mudanças não só no sentido de comportamento de um membro em relação aos demais, mas também no sentido do casal sair inteiramente das hordas do grupo familiar maior.

#### 4.2 A VIDA FAMILIAR E O “PAPEL” DE CADA UM

Nas sociedades ocidentais espera-se ainda com muita frequência que o homem tenha um determinado papel e a mulher outro, e é justamente através do grupo familiar que as pressões rumo ao modelo “ideal” de comportamento ou conduta acontecem.

Os papéis exercidos dentro da família encontram ecos no mundo social que por sua vez é feita de normas ou regras, sobretudo pela tentativa de impor modelos familiares exclusivos. Um exemplo dessa influência mútua entre família e sociedade é a divisão sexual do trabalho, nas palavras de Goode (1964, p.117-118):

Estas primeiras experiências de socialização através dos quais os jovens começam a adquirir valores e habilidades de seus pais serão mais tarde, quando eles se tornarem pais e esposos, os fundamentos de seu comportamento adulto. As diferenças entre os papéis atribuídos aos sexos aparecem de modo acentuado na divisão sexual do trabalho. Em todas as sociedades, uma série de tarefas é atribuída às mulheres e uma outra aos homens e há algumas que podem ser desempenhadas por ambos. Muito pouco desta divisão é imposto pelas peculiaridades biológicas dos dois sexos.

Percebe-se hoje claramente que as mulheres baseadas em lutas por uma melhor relação de igualdade com os homens estão a exercer todas as profissões antes tidas como absolutamente masculinas, desde a limpeza de ruas até a presidência da república mostrou e mostra competência tanto quanto os homens o que leva sem dúvidas ao fato de que a divisão de papéis não passa de um discurso cultural ou social e com poucas influências biológicas.

Essa capacitação feminina que a desprende da figura estritamente materna (no sentido de apenas gerar filhos e ser dona de casa) modificou e ainda modifica toda a estrutura ou papel entre os membros da família em geral e do casal em particular, praticamente dos anos 60, 70 aos dias atuais a mulher não precisa ir para

o seu casamento já sabendo o “roteiro” que deveria seguir, com a pílula anticoncepcional e principalmente com seu crescimento acadêmico e por tabela social a mulher passa a encarar o casamento e a ideia de família de outra forma; ela pode até ser mãe ou mesmo dona de casa, no entanto essa decisão passa ser dela e não de pressões de quem quer que seja. Frente a essa nova situação o homem teve que repensar seu papel de provedor da família e dividir com sua esposa não só as tarefas externas ao lar como também do mundo doméstico.

A chamada divisão sexual do trabalho “definiu” por assim dizer os papéis que cada um dos sexos “deve” fazer. Goode (1964, p.119) salienta esse paralelo da seguinte maneira:

É nítido o paralelo entre as atividades e as principais obrigações vinculadas aos papéis de pai e de mãe dentro da família. A mãe começa por alimentar a criança, estabelecendo um profundo laço físico e psicológico devido às recompensas que uma fornece à outra. As suas tarefas sociais relacionais são expressivas, emocionais ou integrativas. Ela deve consolar, cuidar e apaziguar aqueles que tiveram uma briga. O pai é o líder instrumental organizando o trabalho da família com vistas à produção, aos conflitos políticos e à guerra; ele deve resolver os problemas do meio ambiente exterior e físico.

Apesar desta distinção do que seja “socialmente aceito” como “atitudes masculinas e femininas” O mundo do casal aos poucos vai tomando um rumo diferente do apregoado pela sociedade. É bem verdade que ainda nos dias atuais determinadas profissões sejam feitas por mulheres em sua maioria como, por exemplo: professora infantil, pediatra, enfermeira, ginecologista e que algumas outras profissões ainda sejam feitas na maioria por homens, por exemplo: engenheiro, taxista, jogador de futebol, mecânico etc.

No entanto não há mais “clube do Bolinha” no que diz respeito ao mercado de trabalho. Pois a igualdade conquistada pela mulher (se bem que ainda não completa) também modificou substancialmente o que ocorre na família e no mundo do trabalho.

Essa transformação causou um profundo impacto no meio social a ponto de casais que passaram por essa mudança influenciarem outros casais a se comportarem de outro modo, ou seja, terem atitudes de ruptura frente ao “modelo” imposto tradicionalmente pela sociedade. Não se pode negar que a dinâmica que circunda o casal direta ou indiretamente os influencia de tal maneira que muitos dos

namoros ou mesmo de casamentos só ocorrem porque tanto ele como ela conhece pessoas em comum.

Sobre o modo como se tece a relação conjugal no meio social Goode (1964, p.123) assim expressa:

O relacionamento entre marido e mulher é moldado pela trama de amigos e parentes na qual eles vivem. Nas maiores civilizações do passado, é possível que a trama de parentesco tenha sido da máxima importância. Mas apesar de os amigos poderem substituir até certo ponto os parentes na trama social moderna, certas relações gerais entre marido e mulher parecem ser causadas pela própria natureza da trama.

Diferentemente de antigamente quando a maioria dos parentes relacionava entre si com pouco ou nenhum contato com outras instituições, na chamada pós-modernidade as famílias se relacionam entre si influenciando e sendo influenciadas por outras famílias e instituições fazendo com que a trama social tenha diversos ângulos e intensidades na vida conjugal notadamente.

Em casais onde as relações maritais são rígidas há pouca partilha no que diz respeito as atividades sociais e sobretudo familiares de um frente ao outro; já em casais onde tal relacionamento é menos rígido ou mais recíproco, um costuma realizar as atividades domésticas do outro ou mesmo de visitarem amigos em comum. Goode (1964, p.125) continua a afirmar que:

Marido e esposa podem manter as suas atividades mais separadamente se fizerem parte de uma trama desse tipo, pois a ajuda mútua é mais disponível na própria trama. A organização conjunta de tarefas é mais necessária quanto menos o casal puder contar com uma trama exterior. Além disso, à medida que eles tiverem fontes de auxílio externos, nem o marido nem a esposa precisam investir tanta emoção na sua própria ligação doméstica; é claro que as relações com o exterior podem interferir de vez em quando na solidariedade da unidade marido-esposa.

Estar mais do que claro ou evidente que a vida doméstica ou conjugal tem íntima ligação com o mundo externo, notadamente outros parentes e conhecidos e que essa influência tem ressonância direto-decisiva na dinâmica da família e, sobretudo marital.

Diretamente no que diz respeito a essa vida doméstica e a divisão de papéis que dinamizam a conjugalidade é que se vê a nítida mudança na relação homem-mulher, no século XX, sobretudo a partir dos anos 50 assistiu-se a uma entrada em massa das mulheres nas fábricas tornando-se trabalhadoras em espaços até então

dominados pelos homens, foi justamente o mundo do trabalho que libertou da “prisão doméstica” neste sentido Jablonski (1998, p.147) aponta:

Assim, modernamente, a necessidade de suplementar o salário de seu marido já pela década de 50-época em que uma série de produtos e de aparelhos eletrodomésticos surgiu ou barateou-se o suficiente para passar a fazer parte dos sonhos dourados das classes média e média baixa teria sido a responsável maior pela ingresso da primeira onda no mercado de trabalho.

Pode-se dizer, portanto que a mulher deixou de ser uma secundária em relação ao seu marido para junto a ele serem os agentes modificadores na vida familiar e laboral. Neste sentido, o relacionamento conjugal torna-se harmonioso, equilibrado e a dinâmica familiar mais propicia para tomadas de decisões que envolva exclusivamente o interesse do casal mesmo que outros familiares ou a sociedade não gostem.

Estereótipos de que homens são de um jeito e as mulheres de outro estão caindo por terra, geralmente afirma-se que os homens são mais assertivos, independentes, corajosos enquanto as mulheres seriam mais frágeis, expressivas em seus sentimentos e até menos capaz de realizar outras atividades que não sejam estritamente do lar. Hoje está mais do que provado que desde a função de limpador de rua até aos altos cargos da república e empresarial a mulher vem mostrando toda sua competência tanto quanto os homens.

Na vida conjugal e familiar a mulher passa a ter poder de decisão junto de seu marido sobre questões de educação dos filhos, despesas em relação a compras de supermercado, imóveis e, além disso, pode até caso não esteja feliz no seu casamento pedir a separação.

É bem verdade que ainda muitas mulheres preferem seguir um padrão tradicionalmente imposto por suas famílias e sociedades e se elas sentem-se bem assim então continuem; por outro lado a visão preconceituosa de que as mulheres são “inferiores” aos homens e outras coisas mais ainda temem em grassar no meio social, mas com a emancipação feminina ainda em curso desde os anos 60 a mulher tem pago um preço por sua autonomia familiar, econômica e social e inclusive no mundo conjugal vem sofrendo com uma infeliz série de violência doméstica. A questão é social e psicológica:

Estamos nos referindo ao modo como as mulheres, mais ou menos a partir dos anos 50, conseguem (ou tentam) conviver com “duas verdades conflitantes”: cumprir os papéis que os ditames tradicionais aprendidos com suas mães e avós lhes indicam e, ao mesmo tempo, seguir os caminhos que, racionalmente, sua consciências individuais lhes apontam como mais corretos e que lhes trarão maior felicidade e realização pessoal (JABLONSKI, 1998, p.164).

No fundo é a dinâmica do casal que definirá que caminho escolher e isso independe da vontade do social por mais que sua influência perpassa por todo o processo conjugal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas que as mulheres obtiveram e que ainda obtêm são inegáveis e impossíveis de se retrocederem, desde que a família existe ela vem passando por mudanças profundas a nível social, econômico, histórico e mesmo afetivas (pois podemos desenvolver qualquer sentimento e, portanto, ele é construído) e a mulher vem sempre no bojo dessas transformações.

Com as revoluções industriais, tecnológicas e mesmo sexuais com a criação da pílula anticoncepcional ocorre uma “libertação” (ainda em processo) da mulher dos afazeres domésticos levando-a aos postos de trabalho outrora dominados por homens, ou seja, fabricas, policia, politica, empresas, esportes etc. mostrando que pode ser tão competente quanto o homem. Além disso, em nível do lar a esposa não é mais obrigada a se sujeitar ao seu marido como se fosse uma mãe-empregada-cônjuge, ela agora passa a ter poder de decisão junto com ele no sentido de definir quando terão os filhos ou não, sobre as despesas do lar, sobre quando poderão viajar etc. toda essa situação acaba levando muitos homens a dividirem os afazeres domésticos ou mesmo ficar um tempo em casa tomando conta das crianças enquanto suas esposas estão no mundo laboral.

Do ponto de vista da terapia sistêmica deve-se sempre observar o contexto onde a família estar envolvida, pois o individuo que age dentro deste grupo sofre influencia externa de diversas ordens que norteiam seu comportamento frente a seus parentes. Historicamente, pode-se perceber que fatores sociais como guerras, revoluções, surgimentos de poderes financeiros e religiosos sempre moldaram a estrutura da família de modo que ela assume uma determinada característica dependendo de seu contexto geográfico/social possibilitando-nos entender sua formação e dinâmica. Neste sentido é de fundamental importância para o terapeuta sistêmico ter em mente qual o contexto social daquela família para daí entender o problema ali existente.

Em relação a esse papel do terapeuta Nichols (2007, p. 85) assim expressa:

Independentemente de com quem o terapeuta elege trabalhar, é imperativo ter um claro entendimento do contexto interpessoal do problema. Quem faz parte da família? Há figuras importantes na existência do problema que não estão presentes? Um namorado que mora com a família? Um avô que mora na casa ao lado? Há outras agencias sociais envolvidas? Qual é a natureza de sua participação? A família as vê como uma ajuda?.



Voltando a questão dos papéis do homem e da mulher e da dinamicidade da conjugalidade vale fazer a seguinte pergunta:

Mas o homem não foi ensinado a ser o provedor familiar? Como ele estar em casa? Isso é certo? É claro que não existe uma régua que venha medir o que é certo ou errado, cada família é de um jeito segundo sua constituição histórica e educacional e a mesma coisa pode-se dizer em relação ao casal, cada um deles no momento da união e formação da família deve fazer somente aquilo que for o melhor para eles, ora a maneira como os pais de cada cônjuge se fizeram como marido e esposa pertence ao tempo deles o que não significa que aqueles jovens recém-casados devam imitar tal modelo antigo.

Se a dinâmica familiar de um casal funciona melhor com apenas um trabalhando fora e o outro nos afazeres do lar, que se respeite esta decisão; se a dinâmica familiar de um casal funciona melhor com ambos trabalhando nos afazeres domésticos e fora no mundo laboral, então que essa decisão seja respeitada pelos familiares de cada um e pela sociedade como um todo. O que não se pode mais aceitar é a imposição de outros familiares ou mesmo de grupos da sociedade para que o casal e mesmo a família siga uma “norma” de como melhor se comportar.

A discussão desse tema se faz importante para contribuir no aprofundamento da autonomia de homem e mulher na dinâmica familiar, acreditando que nas discussões sistêmicas sobre a família, a origem delas e suas dinâmicas são objeto importante para os terapeutas saberem como refletir e atuar de forma a diminuir os conflitos existentes no âmbito da família.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALIL, Vera Lucia Lamanno. **Terapia familiar e de casal**. São Paulo: Summus, 1987. (Novas buscas em psicoterapia. Serie B, Novas Buscas; v. 31).

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Claret, 2011. (Coleção a obra-prima de cada autor).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Polar, 2012.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOODE, Willian J. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1964. (Serie fundamentos da sociologia moderna)

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

MEDINA, Carlos Alberto de. **Família e mudança: o familismo numa sociedade arcaica em transformação**. Petrópolis: vozes, 1974.

NICHOLS, Michael P. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.